

Comitê de Governança Estratégica - CGE do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

1ª Reunião Ordinária - RO

Aos 20 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 14h33, o Comitê de Governança Estratégica - CGE do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE realizou a 1ª reunião ordinária que aconteceu na sala de reunião do 9º Andar do edifício sede do Ministério do Trabalho e Emprego -MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que o preside, Chefe de gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Secretário Executivo, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Secretário da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Presidente Fundacentro (online), Consultor Jurídico, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria-Executiva, Ouvidor, Corregedor, Subsecretária de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Especial, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais Substituta, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento – Substituto e Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Cláudio Antônio de Almeida Py, iniciou a sessão agradecendo a presença de todos e manifestou a satisfação de reunir os presentes para a 1ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança Estratégica do MTE e apresentou a pauta de reunião. Foi passada a palavra para o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

A abertura da 1ª Reunião do CGE foi realizada pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego Senhor Luiz Marinho iniciou dando boas-vindas a todos os presentes e a todos companheiros e companheiras que estão acompanhando a transmissão pelo canal do MTE

no YouTube ([10\) Lançamento do Programa de Integridade do MTE e 1ª Reunião do Comitê de Governança Estratégica. - YouTube](#). Comentou o esforço do Governo em reconstruir o país, a reconstrução do MTE e das políticas públicas: que exige energia, dedicação e motivação pela esperança de um país melhor. A tarefa de produzir Trabalho Decente, a tarefa de combater a discriminação, de produzir igualdade, equidade, inclusão social e geração de emprego que qualidade são os grandes desafios.

O Ministro continua relatando que o Brasil se encontra em um momento de grande esperança e vivendo uma janela de grandes de oportunidade que se abre com a oportunidade de reorganizar a indústria brasileira a partir das novas matrizes energéticas e essa oportunidade não pode ser perdida. Ainda segundo o Ministro um comitê de Governança tem a responsabilidade de pensar os valores institucionais, éticos e faça com que a máquina de governança não fique parada. Em todos os estágios do trabalho todos devem assumir a responsabilidade, com expectativa em tratar a segurança dos dados e das pessoas. O Comitê dever contribuir na resolutividade, tratar os riscos, ferramentas de gestão, e entregas das políticas para a sociedade, em que os órgãos do MTE trabalhem em conjunto e não como Secretaria ou unidades separadas. O Ministro garantiu que terão respaldo político todos que atuaram em suas áreas.

O Ministro encerrou a fala pedindo que “joguem” unidos como um time, pedindo entrega de resultados e agradecendo a todos e desejando sucesso ao CGE.

Dando seguimento a reunião foi entregue a palavra ao Secretário Executivo Francisco Macena que cumprimentou a todos e confirmou o trabalho árduo que foi realizado para reconstruir o MTE, não só do ponto de vista da estrutura, mas também a gestão administrativa e as políticas públicas. Com base no relatório de transição eu acho que cumprimos com 80%, faltando 20%. Confirmando a fala do Ministro onde é importante o compromisso com as entregas dos resultados para população, tendo como referência o Programa de Governo que foi eleito e desafios colocados pelo Ministro. O Programa de Integridade traz questões importantes que devemos seguir, tem que ter normas e devemos segui-la. Mas quem faz as normas somos nós e não devemos esconder atrás delas para justificar o que não foi feito. Mas também devemos ter a coragem e a vontade de revisar as normas a partir de uma orientação estratégica e romper vícios, alinhados as orientações estratégicas e políticas do atual governo. Precisamos ter unidade entre as Secretárias para beneficiar a comunicação, aperfeiçoar os mecanismos gestão de riscos e monitoramento, com rotinas que favoreçam isso. A governança não pode ser o somatório das entregas individuais e sim das ações de todas as unidades em um único objetivo. Alertou a importância de se reportar as Superintendências e a Fundacentro como parte do MTE e assim fomentar normas e portarias que favoreçam a gestão no território nacional, as

Superintendências são os representantes do Ministro nos Estados. As ações de governança contribuirão nas ações e entregas das políticas públicas, onde devemos romper resistências, mudar normas, mudar procedimentos, com otimização de recursos e unidade de entregas com compreensão total da sociedade. Os recursos orçados foram executados, precisamos melhorar ainda mais qualidade dos gastos com eficiência. Por fim, enfatiza a importância (farol) do Ministro na condução das diretrizes e políticas do MTE e que ele proporcionou e resgatou a autoestima do Ministério.

Após as falas do Ministro e do Secretário-Executivo, prosseguindo os temas da pauta, o Senhor Cláudio Py iniciou a explanação apresentando sugestão de Cronograma para as próximas reuniões do CGE a serem realizadas todas as quartas feiras da última semana de cada mês, às 10 horas (máximo duas horas de duração), que foi aprovado por todos, entretanto a Senhora Lene, Chefe do Gabinete do Ministro irá ajustar as datas com a agenda do Ministro. Em seguida, passou para a próxima pauta de reunião, sobre a Portaria MTE nº 3.849 de 2023, que trata do Sistema de Governança do TEM, apresentando a sua definição que é o conjunto de práticas gerenciais do Ministério do Trabalho e Emprego voltado à entrega de valor público para a sociedade, e tem como finalidade estabelecer o modelo de tomada de decisão sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, orçamento e finanças, custos, contratações, pessoal, transparência e participação social.

Discorreu sobre o Comitê de Governança Estratégica - CGE, nos termos do Anexo I da Portaria MTE nº 3.849 de 2023. Apresentou essa 1ª reunião ordinária as competências, membros e funcionamento geral do Comitê.

Em seguida, o Senhor Claudio Py apresentou o Programa de Integridade do Ministério do Trabalho e Emprego – ProiMTE discorrendo sobre o objetivo do ProiMTE que é o de fomentar a implementação de medidas e ações institucionais voltadas para prevenir, detectar, punir e remediar irregularidades, fraudes e atos de corrupção. Falou dos Pilares do Programa de Integridade destacando que o Proimte deve trabalhar para fortalecer a cultura de integridade, ética e respeito à diversidade; impulsionando a enfrentar dilemas morais, a tomar decisões difíceis e a manter nosso compromisso com a honestidade; oferecer transparência e respeito pelos outros, a fim de construir relacionamentos sólidos, alcançar o sucesso sustentável e contribuir para o cumprimento da nossa Missão Institucional; construir uma cultura de integridade com a finalidade de garantir a entrega do valor público à sociedade, disseminar boas práticas de transparência; e ainda, propor ações que ataquem fraudes, corrupção, desvios éticos ou de conduta, conflito de interesse, nepotismo, preconceitos e assédio moral e sexual.

Senhor Cláudio Py reforçou que o sucesso do ProiMTE se dará com a participação e envolvimento de todos e não isoladamente.

Sinalizou que as ações para o andamento do ProiMTE foram reunidas nas temáticas de capacitações em temas de integridade, revisão de fluxos de processos, divulgação de canal de denúncia, transparência das ações e políticas públicas, tratamento dos diversos tipos de preconceitos, discutir o assédio moral e sexual, fomentar a participação social, promover a igualdade de gênero e dar transparência dos resultados e das entregas dos serviços.

Indicou que o Decreto nº 9.203/2017 que versa sobre a política de governança, os órgãos e entidades da administração pública federal devem estabelecer um programa de integridade, e o Decreto nº 11.529/2023 que Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Na administração pública federal direta, as unidades setoriais do Sitai para a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação são as assessorias especiais de controle interno. São os fundamentos legais que amparam a atuação do ProiMTE.

Dando seguimento a reunião relatou as 9 (nove) etapas da Metodologia do ProiMTE que conta com o comprometimento da Alta Administração, que se deu inicialmente por meio da aprovação prévia do Ministro do MTE e do Secretário Executivo, as Política e Normas que sustentam a atuação da Comissão Executiva do Programa de Integridade-Cepi, o canal de denúncia, o treinamento e conscientização (em fase de construção), o gerenciamento de riscos de integridade onde já foram mapeados os riscos à integridade dos agentes interno, o relatório e comunicação externa (se dará posteriormente), a documentação e os registros, envolvimento das partes interessadas e por fim a revisão e adequação legal (fase posterior). O Senhor Cláudio Py informou que a implementação do ProiMTE será em 3 (três) fases. Fase 1 - Constituição da unidade de gestão de integridade (Concluída). Fase 2 - Aprovação do Plano de Integridade, a partir das 9 (nove) etapas descritas, seguidas para a elaboração deste trabalho (Concluída). Fase 3 – Expansão das medidas do Plano de Integridade para as Unidades que executam políticas públicas. Destacou os principais resultados e ações.

Sendo assim, o ProiMTE foi lançado e aprovado pelo Comitê de Governança Estratégica - CGE do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em sua 1ª Reunião Ordinária.

Em continuidade a outro assunto da pauta, o AECI iniciou a abordagem sobre o tema de Gestão de Riscos e Controle Interno do MTE, informando seus objetivos, as instâncias, os pilares e ações, a fundamentação legal, a metodologia, os instrumentos e os próximos passos. Foi proposto então a metodologia de escolha dos processos obrigatórios para o gerenciamento de riscos, tendo como base o Planejamento Estratégico do MTE, alinhados entre Planejamento Estratégicos – Objetivos Estratégicos – Cadeia de Valor – Metas e

Indicadores. Os Processos de Trabalhos essenciais para a consecução da missão institucional do MTE serão indicados como prioritários e obrigatórios, sendo aprovado pelos membros do CGE.

Foi submetido à aprovação do CGE as Categorias de Riscos do gerenciamento de riscos do MTE, que são: Riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou da entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas; Riscos de imagem/reputação do órgão: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional; Riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou da entidade; Riscos financeiros/orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou da entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou, ainda, eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações; e Riscos de integridade: riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção. Sendo aprovado pelos membros do Comitê.

Também foi submetido à aprovação do CGE as escalas de riscos e níveis de tolerância, representada a seguir:

Impacto	Descrição do impacto nos objetivos/projetos, caso o evento ocorra	Peso
Catastrófico	Impacto nos objetivos/projetos de forma irreversível.	5
Forte	Impacto nos objetivos de difícil reversão.	4
Moderado	Impacto nos objetivos porém recuperável.	3
Fraca	Pequeno impacto nos objetivos.	2
Insignificante	Mínimo impacto nos objetivos.	1

Probabilidade	Descrição da probabilidade, desconsiderando os controles	Frequência	Peso
Muito Alta	Evento esperado, repetitivo e constante.	>90%	5
Alta	Evento usual, provavelmente ocorra.	>50%<=90%	4
Média	Evento esperado, deve ocorrer em algum momento.	>=30% <=50%	3
Baixa	Evento inesperado, pode ocorrer em algum momento.	>10% <=30%	2
Muito Baixa	Evento extraordinário.	<10%	1

RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 11	12 - 15	16 - 25

Nível do Risco		Resposta ao Risco	
		Tipo	Ação
Risco Baixo	Indica que o nível está dentro da tolerância a risco.	Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes.
Risco Médio	Indica que o nível está próximo, mas não dentro da tolerância a risco.	Aceitar*	Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes.
		Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos.
Risco Alto	Indica que o nível está fora da tolerância a riscos e será reduzido a um nível compatível.	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos.
		Transferir ou Compartilhar	Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade, etc.).
		Evitar	Promover ações de eliminação de atividade relacionada ao processo de trabalho, ou seja, deixar de fazer.
Risco Extremo	Indica que o nível está muito acima da tolerância a riscos. Opções de respostas dificilmente irão reduzir a probabilidade e o impacto a níveis aceitáveis.	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos.
		Transferir ou Compartilhar	Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade, etc.).
		Evitar	Promover ações de eliminação de atividade relacionada ao processo de trabalho, ou seja, deixar de fazer.

As escalas e níveis de tolerância foram aprovados pelos membros do CGE, conforme proposta apresentada.

A Senhora Coslista solicitou a palavra e apontou que o programa de Integridade tem que ser conhecido por todos, que o tema sobre ética deve ser debatido entre os pares. Que o tema está na Constituição Federal e em diversas Legislações brasileira.

Dando continuidade à pauta foi dado a palavra ao Senhor Rogério Xavier Rocha, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Contabilidade, que trouxe o Acompanhamento da Execução Orçamentária 2024 e o Painel Orçamentário do MTE que pode ser acessado no link: <https://mte.gov.br/sharepoint.com/sites/CGOF.DAFC/SitePages/Painel-Or%C3%A7ament%C3%A1rio.aspx>, que traz dados dos anos 2023 e 2024 e as explicações sobre a Execução Orçamentária, Emendas Parlamentares, Ranking de Execução, Superintendências e Restos a Pagar. Deu continuidade comentando sobre alterações orçamentárias e janelas de créditos, em atenção à Portaria SOF/MPO nº 34, de 8/2/2024.

Por fim conduziu a apresentação ainda com o Ofício-Circular SE nº 30/2024/MTE (SEI 1518616) que traz as Diretrizes para execução orçamentária do MTE – 2024: readequar o orçamento de acordo com a disponibilidade orçamentária, eliminando os déficits; realizar uma revisão dos contratos, promovendo a negociação de condições mais vantajosas e auditando os serviços prestados, sempre visando fortalecer os programas estratégicos do Ministério; firmar, até 29/02/2024, os contratos pendentes de negociação em 2023; otimizar despesas com passagens e diárias, ajustando-as à disponibilidade financeira; suspender qualquer investimento; apresentar à Secretaria Executiva, até 20/03/2024, os resultados da adequação orçamentária e financeira referentes ao exercício de 2024; realizar os empenhos, até 30/06/2024, dos principais instrumentos de execução orçamentária, tais como transferências voluntárias em geral, repasses fundo a fundo, termos de execução descentralizada, execução de contratos administrativos e licitações. Finalizou demonstrando

que as Metas para empenho orçamentário 2024 1º Semestre – Despesas de Custeio 31/03/2024 – é de 40%, e em 30/06/2024 – é de 80%. E se colocou à disposição para auxiliar as unidades em relação a Execução Orçamentária.

Para tratar da próxima pauta da reunião, já com a palavra o Senhor Heber Fialho Maia Junior Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI iniciou com a apresentação do Comitê de Governança Digital, que faz parte da estratégia de um arcabouço maior do Sistema de Governança Digital. Deu continuidade explicando sobre a motivação, finalidade, competências, composição e a dinâmica do Comitê de Governança Digital no âmbito do MTE em alinhamento com o Sistema de Governança. A primeira reunião do CGD será realizada no mês de Março/2024.

Sobre a Segurança da Informação, esclareceu que a responsabilidade é compartilhada, e vai muito além dos dados no computador, pois até um documento deixado sobre a mesa ou mesmo uma falha no processo de controle de acesso ao prédio, pode trazer o risco de vazamento de dados sensíveis do órgão, pode vir a colocar em risco a estratégia da organização. Conduziu por fim, sobre o entendimento da Política de Segurança da Informação, explicitando a motivação, o escopo e vigência, objetivos, estruturação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SI), arcabouço Normativo do Sistema de Gestão de SI, diretrizes gerais, vedações e penalidades.

Em seguida e finalizando a pauta da 1ª Reunião do CGE, foi dada a palavra ao Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP o Senhor Jobson de Paiva, que discorreu endossando as palavras do Secretário Gilberto Carvalho que havia comentado sobre a indignação com o preconceito em relação com os terceirizados e que a DGP tem se preocupado com o tema.

Em relação ao assunto capacitação informa que foram capacitados 644 servidores no exercício de 2023, que ficou em torno de 12%, e para 2024 a meta é capacitar 50%, já envolvendo estagiários e terceirizados, além dos colegas das Superintendências Regionais do Trabalho – SRTs. Irá intensificar realização de capacitações voltadas para as questões de combate à discriminação. Quanto a licença/afastamento para capacitações houve uma racionalização do processo onde se buscou alavancar as instituições de ensino brasileira em detrimento as estrangeiras e para tal criou-se uma portaria e comissão para analisar os méritos dos pedidos utilizando critérios específicos.

Informa que será realizado concurso público de Auditores Fiscais do Trabalho onde foi aprovado 900 vagas e o MTE fez adesão do Concurso Nacional Unificado que aplicará as provas da 1ª etapa dia cinco de maio. Foi solicitado ao MGI, entretanto ainda não aprovado, cerca de mil e seiscentas vagas sendo quinhentas para nível intermediário e um mil e cem para o nível superior. O último tema abordado foi sobre o Programa de Gestão e Desempenho – PGD e se modulou no MTE a adesão ao PDG parcial, duas vezes na semana presencial e

outra parte remoto, e o presencial, onde as atividades serão efetuadas no prédio do órgão; trocando assim o controle de frequência pela gestão por resultados e entrega por metas. Quanto aos servidores que se encontram nos estados, estes deverão cumprir a jornada, quando parcial, nas instalações do MTE mais próxima. E comentou que a diferenciação do PDG do MGI e do MTE é o fato de conter nele metas coletivas. Finalizou se colocando à disposição de todos.

Senhor Cláudio Py retomou a palavra sugerindo que na pauta da próxima reunião do CGE as Secretarias apresentem suas Políticas e os seus resultados. A Senhora Chefe de Gabinete Lene tomou a palavra e sugeriu que fossem duas secretarias a cada reunião. Com isso a Secretaria de Inspeção do Trabalho e a Secretaria de Qualificação Emprego e Renda se prontificaram a realizar as apresentações com o apoio da equipe técnica da SE/Codin.

Não havendo mais nada a tratar, a Chefe de Gabinete do Ministro, Senhora Lene, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 17h20 e eu Renata Geralda Paixão Gracindo lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.